

PUBLICIDADE



LEI Nº 3213, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

**"DEFINE O VALOR DOS DÉBITOS OU OBRIGAÇÕES  
CONSIGNADOS EM PRECATÓRIO JUDICIÁRIO  
CONSIDERADO DE PEQUENO VALOR NO MUNICÍPIO DE  
PARANAGUÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Serão considerados de pequeno valor os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, no Município de Paranaguá, com valor igual ou inferior ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo Único - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, da forma prevista no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 2º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 dias, contados da apresentação de ordem judicial à Procuradoria Geral do Município, instruída com certidão ou documento, demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, previstas no orçamento vigente na época do respectivo dispêndio.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 28 de novembro de 2011.

JOSE BAKA FUHO

MÁRIO MARCONDES LOBO FILHO  
Secretário do Governo Municipal

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 05/12/2011*

PUBLICIDADE